



A origem, institucionalização e desafios das Ciências Sociais na Universidade Federal de Viçosa

André Guilherme Brandão dos Santos¹

Leandro Souza Lopes²

Bruna Fullin³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo a análise do processo de institucionalização do ensino de Ciências Sociais na Universidade Federal de Viçosa, visando compreender como ocorreu a sua ordem de inserção e representatividade dentro da Universidade, bem como a formação de sua identidade frente à instituição. A perspectiva de sociologia praticada sofreu alterações ao longo do tempo, assim como o debate acerca de sua importância, que perdura até o século XXI.

Palavras-chave: Sociologia. Ensino. Viçosa. Graduação

Abstract

This article has as objective to analyze the process of institutionalization of the teaching Social Sciences at the Federal University of Viçosa, aiming to understand how was their order of insertion and representativeness within the university as well as the formation of their identity against the institution. The practiced sociology perspective has changed over time, as well as the debate about its importance, that endures until the 21st century.

INTRODUÇÃO

Para compreender a chegada da Sociologia na Universidade Federal de Viçosa é necessário analisar os propósitos da criação desta universidade, que entre 1926 e 1948 era chamada de Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Sendo que a ESAV foi a terceira Escola Superior voltada para a área agropecuária no Estado de Minas Gerais, a primeira a surgir foi a Escola Agrícola

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

³ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

de Lavras em 1908 e em 1914 a Escola Mineira de Agronomia e Veterinária em Belo Horizonte, que funcionou até o ano de 1942.

O ex-presidente Arthur Bernardes, um dos idealizadores da criação da ESAV, optou por não seguir a tendência nacional de implantar o modelo europeu de universidade (MATTOSO, 1956, p. 31 *apud* COELHO, 1992), mas sim o modelo norte-americano, que naquele momento despontava em avanços nos ramos da agricultura e veterinária.

O projeto da criação da ESAV estava estreitamente ligado às propostas do Congresso Econômico das Classes Produtoras de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte - MG, no período de 13 a 19 de maio de 1903. De acordo com Silva e Borges (2008), a partir do evento, a elite agrária passou a responsabilidade ao ensino agrícola elementar de Minas Gerais a tarefa de formar, capacitar e organizar a mão de obra rural. Assim, os proprietários rurais teriam maior acesso aos avanços tecnológicos para melhorar os rebanhos e a produção agrícola, avanços que necessariamente deveriam ser disseminados pelas regiões rurais do Estado.

Percebe-se, então, que desde seus primeiros momentos na UFV há a inserção de um pragmatismo, característico de uma ciência utilitarista norte-americana. Tal filosofia segue o modelo Land Grant College, na qual a universidade ideal é aquela que desenvolve juntamente os eixos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em 1928, Peter H. Rolfs (*apud* COELHO, 1992) explica que no leste norte americano, o qual mantinha mais relações com a Europa, possuíam duas vertentes para a fundamentação das Escolas Superiores, uma visava à ciência pura, que de acordo com P.H. Rolfs, produziram bons cientistas, mas não agricultores. A segunda vertente era do *Journey-Man*, no qual se pretendia preencher a demanda por operários especializados.

Em 1948, a ESAV se amplia e se torna a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), deixando a exclusividade agrária, sendo composta pela Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão (RIBEIRO, 1997, *apud* RIBEIRO, 2009).

A federalização da Universidade foi concretizada pelo o Decreto-Lei n.º 570, assinado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, em maio de 1969 (ARRUDA, 2003). Esse processo representou uma grande expansão na instituição, abrindo novos cursos nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Mesmo mantendo a ênfase na agropecuária, a Universidade Federal de Viçosa começa a assumir definitivamente um caráter eclético.

PANORAMA DOS PRIMEIROS MOMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

A partir de 1930, a reorganização do ensino superior nacional e o investimento em centros de investigações abriram espaço para a institucionalização das Ciências Sociais nas principais cidades do país. Esses intelectuais compunham um grupo formado por juristas, engenheiros e médicos e fundamentavam suas reflexões principalmente por fatores biológicos e evolucionistas. Sua intenção não era, propriamente, fazer uma obra de investigação sociológica, mas de esclarecer certas relações considerando seus fatores sociais (SILVA; SILVA, 2012). Miceli (1995) afirma que estes pesquisadores mantinham estreita relação com os interesses do empresariado e políticos da época, conseqüentemente, se distanciando dos interesses das classes populares.

Com os processos de modernização do país, que desencadearam profundas transformações políticas e institucionais, começa a se dar maior importância para a institucionalização e consolidação de cursos de Ciências Sociais. De modo que fosse possível fundamentar-se no uso do pensamento racional como forma de explicação das condições histórico-sociais que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Segundo Oliveira (1998, p. 298), a partir dos anos 30, essa nova forma de guiar as pesquisas científicas, marcada pela neutralidade e objetividade colocadas como necessárias a um pensamento racional, passa a considerar inadequada a produção intelectual dos bacharéis, médicos e engenheiros, precursores das investigações de cunho sociológico.

Nesse contexto, como aponta Silva (2012):

As reformas capitaneadas por Fernando de Azevedo no Distrito Federal e em São Paulo (1927;1933), incluindo a Sociologia no currículo das escolas normais e cursos de aperfeiçoamento e a reforma federal de Francisco Campos (1931), nos cursos complementares, contribuíram para a consolidação da explicação sociológica no imaginário brasileiro. Nessa década também foram fundados os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934) – ambas em São Paulo –, e na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal (1935). (SILVA; SILVA, 2012, p. 101).

Portanto, as Ciências Sociais eram valorizadas como instrumento requerido da modernização social e institucional do Brasil, surgindo em um momento favorável à realidade social brasileira, que estava se modernizando e precisava não apenas conhecer os frutos de suas transformações, mas os problemas decorrentes desse processo.

A partir da década de 1940, o estudo sociológico no Brasil foi marcado por monografias incentivadas por autores como Claude Levi-Strauss e Samuel Lowrie, que compunham a primeira equipe de pesquisadores estrangeiros que vieram para o país. Entre estes pesquisadores, havia a

presença de americanos, franceses e alemães, o que expressa a influência desses países na cultura universitária no setor das ciências sociais brasileiras. Esse incentivo no campo da produção científica demarcou a consolidação da Sociologia como ciência e profissão, identificando seu reconhecimento e produtividade, bem como definiu um modo de fazer análise que integrava estudos empíricos metodologicamente conduzidos ou teorias empiricamente fundamentadas. Florestan Fernandes possui bastante destaque na consolidação do método sociológico, tendo feito apontamentos sobre instituir um padrão de trabalho científico para os sociólogos brasileiros.

O autor em questão [Florestan Fernandes] reconhece que as concepções de mundo agem sobre o horizonte intelectual do pesquisador, influenciam a escolha do objeto de investigação e se fazem presentes na utilização dos resultados. Entretanto, acreditava que nada disto deveria afetar o compromisso com o conhecimento científico. A pesquisa empírico-indutiva deveria ser resguardada de objetivos externos e garantida por padrões científicos de caráter universal. Assim, se mostra um ajustamento entre a mente humana do sociólogo e o seu horizonte cultural, de modo que o mesmo não descarte as contribuições das outras disciplinas. (LODO, 2006, p. 3).

Em São Paulo, a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Universidade de São Paulo) ocorreu em um momento conturbado da política, em que se assistia o final da política do café com leite. Sua fundação se deu por parte da elite paulista que desejava reconquistar seu lugar de destaque na política nacional por meio da capacidade técnica e do domínio científico (QUEIROZ, 2009). Tal fato justifica a particularidade de São Paulo não possuir sua produção de conhecimento vinculada aos recursos do Estado, mas sim subsidiada financeiramente pelo setor privado.

A institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro se distanciou da de São Paulo por ter maior produção de pesquisa em instituições, como o Instituto Católico de Ensino Superior (ICES) (1932), Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) (1939), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1938), Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP) (1937), Fundação Getúlio Vargas (FGV) (1944) e, principalmente, devido às suas Universidades Públicas possuírem uma pequena autonomia e exacerbado controle do governo, que mantinha assim a produção científica dependente do sistema político (SILVA; SILVA, 2012).

No Rio de Janeiro, em suas primeiras décadas, não existiu uma corrente de pensamento consistente, se comparado com São Paulo. Na capital paulista a hierarquia acadêmica moldou-se a partir dos docentes estrangeiros, que reproduziram seus costumes da competição acadêmica (MICELI, 1995). O acesso às posições de liderança era condicionado pela produção acadêmica. Na então capital do país, ainda se mantinha um clientelismo, o acesso as posições de liderança era uma

verdadeira corrida política. Em relação às problemáticas mais trabalhadas nestes centros, os campos sociológicos irão apresentar bastante divergência:

Enquanto na capital federal vai se construindo uma hierarquia de objetos e problemáticas em função de sua relevância para o debate político mais amplo, o que equivale a dar prioridade aos conteúdos em detrimento dos procedimentos científicos, em São Paulo logo prevaleceu uma hierarquia propriamente acadêmica privilegiando os métodos de apropriação científica (a começar pelo trabalho de campo) e os focos de interpretação, substituindo a relevância política pela excelência intelectual. (MICELI, 1995, p.104).

Na capital mineira, a criação da universidade fazia parte de um projeto que visava a conquista do espaço político no âmbito nacional (DIAS, 1986 *apud* ARRUDA, 1995). O curso de Sociologia e Política da Universidade de Minas Gerais, a princípio apresentou uma certa carência de formação especificamente sociológica, já que se compararmos com São Paulo, a missão estrangeira já trazia toda uma tradição sociológica europeia.

Por outro lado, afirma Maria Arruda (1995), a sociologia de Belo Horizonte viria se destacar na compreensão dos aspectos institucionais do poder.

Assim como em Viçosa, a Fundação Ford esteve presente patrocinando a formação de estudantes nos Estados Unidos. Em um primeiro momento a influência da sociologia da Universidade de Minas viria a ser bastante neo-positivista (CINTRA *apud* ARRUDA, 1995), até que adquirisse sua própria marca. Sempre em busca de conquistar um espaço intelectual na esfera sociológica, que predominava por Rio de Janeiro e São Paulo, a criação da Revista Brasileira de Ciências Sociais, na década de 60, seria um grande passo para a estimulação da produção acadêmica em Minas Gerais. A classe intelectual mineira sempre deu muita atenção à problemática regional, alguns campos temáticos de destaque na revista eram: Desenvolvimento, Teoria, Classes e Estratificação Social, Economia Regional, Conjuntura Econômica, Política, História das Ideias, Sociologia do Trabalho.

No último volume da Revista, em 1966, Arruda (1995) destaca a chegada de uma nova matriz intelectual, o debate acerca das fundamentações marxistas dos acadêmicos da USP, que eram mantidas com certo distanciamento pelos mineiros. A orientação norte americana, apreciada por estes, colocava em discussão o processo de construção do saber de orientação marxista, mas em alguns casos até tendo abertura para mesclar as diferentes tradições:

A tarefa de conectar categorias sociológicas oriundas de diferentes quadros teóricos, se neste caso não significa afastar o marxismo enquanto abordagem válida para o conhecimento do mundo, implicou numa releitura a partir do paradigma empírico. (ARRUDA, 1995, p. 357).

O INÍCIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM VIÇOSA

A institucionalização das ciências sociais em Viçosa ocorreu de forma bastante tardia, o que está diretamente ligado ao projeto inicial da ESAV. Porém, mesmo sem ofertar uma graduação em ciências sociais, a presença da Sociologia na UFV se faz marcada desde o final da década de 30, em forma de disciplina para a graduação em Agronomia.

A Sociologia presente em Viçosa era especificamente a Sociologia Rural, com um saber não tão voltado para uma auto-reflexão da Sociologia, mas com preocupações de sua aplicabilidade; afinal, se em uma instituição em que a Extensão estava em primeiro plano, a sociologia representava um elo entre as ciências agrárias e a sociedade rural.

Moacir Pavageau (1940) em seu artigo publicado na Revista CERES, chamado *Da Organização do Ensino Agrícola no Brasil*, apresenta um organograma da estrutura das Ciências Agrônomicas, mostrando detalhes do ensino proposto pela ESAV. De acordo com Pavageau, tais ciências seriam compostas por: Agronomia, Zootecnia, Fitotecnia, Engenharia Rural, Biologia, Química e Sociologia Rural. O autor destaca ainda que a Sociologia Rural "Esta última está colocada no segmento superior para significar seu caráter utilitário culminante, pois, a Agronomia tem por fim 'provar as necessidades do homem'." (PAVAGEAU, 1940, p. 129).

A princípio o ensino de Sociologia vem a partir da disciplina de Legislação Rural (COELHO, 1992) lecionada por John Benjamin Griffing - especialista em algodão, que foi o segundo diretor norte-americano da instituição e um dos responsáveis pelo incentivo à especialização dos graduandos brasileiros em universidades dos Estados Unidos.

Já no segundo semestre em que foi ofertada, a disciplina ficou sob a responsabilidade de Edgard de Vasconcelos Barros, que tinha formação em Direito antes de se especializar na área da Sociologia.

A sociologia rural vai iniciar apenas em 1939, com o Prof. Griffing que veio e criou dois cursos (que hoje chamaríamos de disciplina): o de Jornalismo e um curso de Sociologia Rural. Ele extinguiu o curso de legislação, pois achava muito restrito e deu mais enfoque aos assuntos de Sociologia Rural." (VASCONCELOS *apud* COELHO, 1992).

A ESAV foi a primeira instituição do país a ofertar o curso complementar de Sociologia Rural. O qual Edgard de Vasconcelos (1945) apresenta com orgulho por ter um direcionamento diferente do padrão do ensino de Sociologia. Em seu artigo *O Ensino da Sociologia Rural na ESAV*, Edgar de Vasconcelos aponta a importância da Sociologia Rural como uma ciência que trabalha com

o plano dos fatos e não no plano das ideias. Ao mesmo tempo, aponta também a dificuldade de se realizar um curso deste segmento sem muitos dados de levantamentos rurais feitos no Brasil para apresentar aos alunos.

Um melhor ensino de Sociologia Rural, de acordo com o autor, seria se fosse possível que os estudantes pudessem se dedicar inteiramente aos trabalhos de campo, para que eles mesmos pudessem examinar a realidade rural. Todavia, Edgar afirma que:

Isto só seria possível se houvesse um ano, no currículo da Escola em que a Sociologia Rural fosse a única matéria a ser estudada. Mas infelizmente estamos ainda longe desta época, e muito mais distanciados ainda daquelas em que possamos ter, entre nós, escolas superiores de sociologia, mormente depois que vimos esta ciência completamente banida dos cursos clássicos e científico, com a última reforma do ensino. (BARROS, 1945, p. 15).

O texto escrito cerca de cinco anos após o início do ensino de sociologia, defende a ideia de que limitar a sociologia ao plano teórico só serviria para entediar os alunos. Edgar de Vasconcelos se mostrava confiante de que os pequenos resultados já obtidos representaram um sucesso diante do "ato de quase indisciplina" da ESAV ter se afastado dos padrões de ensino de sociologia que havia no Brasil.

De uma coisa, porém, estamos convencidos: quando se estudar a história das primeiras pesquisas sociológicas realizadas no Brasil, caberá, por certo, à nossa Escola a glória de ter sido o primeiro estabelecimento de ensino a ministrar com regularidade, um curso de Sociologia Rural. A ESAV será considerada, portanto, a pioneira deste ensino no Brasil. (BARROS, 1945, p. 16).

Posto isso, o que pensavam os primeiros cientistas sociais de Viçosa? Quais eram suas concepções de sociologia? Um caminho que nos dá grandes pistas sobre o que teria sido os primeiros momentos da sociologia viçosense são as publicações do periódico Ceres, criado na então ESAV, e que hoje é uma das mais antigas revistas agrícolas do país.

Edgard de Vasconcelos Barros (1941) acreditava que, até então, a sociologia brasileira não havia se libertado do *academismo teórico*, fator que fazia da Sociologia uma ciência de *teses abstratas e leis imaginárias*, ciência que tem limitado seu foco para estudar *escolas, autores e doutrinas*, sem nenhuma preocupação de natureza prática ou abstrata. Com isto, seus estudos nas grades curriculares não tinham uma contribuição eficaz para o estudante, pois, com o estudo limitado em *tese*, o estudante terminava o curso sem "olhos para ver a *realidade social*".

O autor expõe que os norte-americanos, sua principal fonte de influência, fizeram alterações no método sociológico, de modo que cada *problema* fosse "estudado de *per se*, sem ser destacado, propriamente, do seu complexo de relações", assim a pesquisa social não traria apenas um conhecimento *fragmentário da realidade* e também fortaleceria a disciplina como ciência.

Já quando a Universidade estava sob a responsabilidade do Estado de Minas Gerais, o economista Erly Brandão (1958) afirmava que apesar de grandes conquistas nas áreas das ciências exatas, aplicadas em tecnologias agrícolas, as ciências econômicas e sociais ainda eram tidas como desnecessárias e incompreendidas. Tais disciplinas, afirma, só estariam ainda a se arriscar dar os primeiros passos.

Seguindo o mesmo pragmatismo enraizado na ESAV, desde sua fundação, Brandão (1958) tinha a convicção de que os conhecimentos que iam além das ciências agrícolas tinham muito a contribuir com as propostas de desenvolvimento prometidas pela Instituição: *É de esperar que as ciências econômicas e sociais colaborem agora no sentido da mais rápida difusão desses conhecimentos entre todos os agricultores brasileiros* (Brandão, 1958, p.276).

O autor explica que quando o meio rural deixa a exclusividade da agricultura de subsistência e passa a ser uma célula produtiva, chega a necessidade de ciências específicas em tal campo. Com o campo crescendo e se tornando complexo, novos conceitos surgiram, novos estudos, assim como novas matérias pertencentes aos dois grandes segmentos: Economia Rural e Sociologia. Dar uma cadeira para cada subárea não há necessidade, porém, a criação das cadeiras de Administração rural, Extensão rural, sociologia e economia rural (naquele momento, todas estavam inseridas em uma disciplina, que leva o nome desta última) adequaria o currículo das universidades de outros países e tem se mostrado imprescindíveis. A demanda apresentada pelos trabalhos da ACAR e Campanha Nacional da Educação Rural também acabam impulsionando tal necessidade de atenção às ciências econômicas e sociais.

Ao caracterizar em que consistiria cada disciplina, Erly Brandão aponta a economia como responsável por estudos acerca do problema de produção e processos de distribuição e consumo. Os estudos que seriam estéréis se não houvesse a sociologia para transformar os processos econômicos em bem-estar social. Seria uma responsabilidade da sociologia, então:

1. Assentar em base científica a organização das comunidades rurais, pela estimulação dos grupos humanos, no sentido do melhor aproveitamento de seus recursos culturais;
2. Estudar os problemas de motivação do homem no trabalho e na vida social, através de um conhecimento mais exato das forças que o impulsionam à ação;
3. Analisar os processos de competição e de conflito, que perturbam seriamente a expansão das forças de produção, e conseqüentemente, o desenvolvimento material dos grupos a vida social
4. Analisar processos de integração e de cooperação, no sentido de tornar mais amável e mais rica de estímulos a vida social;
5. Conhecer, enfim, os processos ecológicos sobre os quais se ergue a organização de vida econômica e social da comunidade;
6. Síntese, saber como se organizam, como se influenciam e como se mudam os grupos sociais;
7. Pesquisa em Sociologia Rural. (BRANDÃO, 1958, p.279).

Erly Brandão (1958) destaca a importância de programas de pós-graduação de qualidade, para que se tenha condições de criar uma elite intelectual capaz de liderar o ensino e pesquisa nos diversos ramos científicos. Era um defensor da expansão dos Mestrados e Doutoramentos no Brasil. Como este segundo, naquele momento, era mais acessível nos Estados Unidos via convênios, seria ideal que pelo menos se desenvolvesse a tese voltada para a economia brasileira.

Mesmo que em Viçosa já houvesse uma tradição de estudos neste campo, como vinha fazendo Edgard de Vasconcelos Barros, João Bosco Pinto, Fernando Rocha e Gamboa, o professor Lytton Guimarães (1965) afirmava que a sociologia rural ainda se encontrava em um estágio embrionário. Para Guimarães, o sociólogo rural poderia contribuir com os aspectos estáveis e transitórios das sociedades rurais, uma construção teórica de ampla aplicação e assessoramento de políticas para o meio rural. Sempre vinculando o ensino, pesquisa e extensão, herança dos Land Grand Colleges.

O autor faz uma reflexão acerca da produção da área e percebe que, mesmo tendo o mérito de lidar com problemas sociais, tem negligenciado o diálogo com a linha dos conceitos sofisticados, abstratos e que permitam amplas generalizações. Lytton (1965) arriscou fazer sugestões de um curso de mestrado ideal na área, que deveria ter em sua grade os estudos de: sociologia rural, teoria sociológica contemporânea, estatística, relações entre campo e a cidade, além de técnicas de pesquisas.

A importância das ciências sociais, em especial a sociologia, sempre foi explícita, era uma ciência instrumental que deveria compreender o funcionamento da comunidade rural e acrescentar facilidade à adesão do homem rural às demandas da modernidade (BRANDÃO DOS SANTOS, 2015). Porém, o ensino da sociologia, mesmo que iniciado nos anos 30, ainda não havia ganhado espaço definitivo na graduação. A sociologia em Viçosa estava subordinada à Economia Rural, e se pensarmos de modo mais amplo, o ensino de sociologia estava dependente do desenvolvimento econômico e da hipermercantilização que se passava com a ciência (SANTOS, 2011).

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ao tratar da institucionalização das Ciências Sociais, Lúcia Oliveira (1998) estipula que os parâmetros para se analisar tal processo perpassam pelo debate da profissionalização, o mercado de trabalho e as fontes financiadoras. Um critério central para a institucionalização é justamente o

desenvolvimento de uma autonomia em relação às demandas originadas fora do campo científico, assim como a criação de uma carreira profissional.

Durante o governo Lula, com o investimento do REUNI e a iniciativa da implementação de novas graduações na Universidade, havia o desafio de que as instâncias aprovassem o projeto pedagógico da graduação em Ciências Sociais, já que haviam cursos na UFV com certas precariedades devido ao baixo investimento. O intenso e acelerado crescimento da área de Ciências Humanas despertou posições contrárias que defendiam que o progresso deveria ser gradual, porém, logo após a uma reorganização das demandas das demais graduações.

Outro obstáculo enfrentado foi a mobilização de poucos professores para a abertura do curso, tendo ficado restrita a professores da área de economia e um da economia rural. Apesar de já existirem inúmeros professores com formação em Ciências Sociais em outros cursos da UFV, ainda havia uma insegurança por parte deles para pedirem a transferência para o departamento de Ciências Sociais, devido ao fato de se tratar de um novo departamento que ainda não tinha grande inserção dentro da Universidade.

[O desafio foi que] as instâncias da Universidade aprovassem o projeto. Primeiro houve o envolvimento de poucos professores na concepção do projeto pedagógico da proposta e depois teve toda uma tramitação institucional nas instâncias que também teve que ter um convencimento com relação a motivar esses conselheiros para que aprovassem, porque havia cursos que ainda tinham muitas precariedades. Então havia a sensação de que a Universidade estava crescendo muito, que aí depois poderia faltar recursos. Além de tudo era um curso novo da área de humanas. (Entrevista concedida pela professora e Chefe de Departamento Nádia Dutra de Souza, 01/12/2014).

Em entrevista, um professor que já trabalhava na instituição desde os anos 90, expressa que manteve posição contrária à criação do curso:

Eu me coloquei contra a criação do curso e junto com o professor Norberto, acredito que ele também não era favorável, porque nós antecipávamos as dificuldades. É mais ou menos a profecia do óbvio, mas a minha posição contrária com relação à criação do curso é que não foi feito, no projeto de criação do curso, nenhum departamento sobre o que fazer com as pessoas formadas. Existem muitas definições a respeito de se as pessoas vão fazer mestrado, doutorado, pesquisa, e vão virar acadêmicos, mas nada a respeito de mercado de trabalho.” (Entrevista concedida pelo professor Jeferson Boechat Soares, 01/12/2014).

Além de citar a dificuldade devido ao número restrito de professores em relação à elevada carga horária de aulas que havia as disciplinas de Ciências Sociais, ele justifica sua posição no fato de que não havia nenhum projeto que antecipasse a ocupação no mercado de trabalho que os graduados em Ciências Sociais na UFV poderiam exercer, tendo uma preparação muito mais voltada para a licenciatura.

O pensamento de Boechat traz as mesmas questões de Guimarães (1965), quando lecionava na mesma instituição cerca de 50 anos antes. A importância de oportunidades de trabalho para os sociólogos era tida como um dos elementos mais importantes para o progresso desta ciência, porém, ela iria ocorrer de acordo com o reconhecimento público da carreira. O professor Guimarães afirmava ainda que “somente com contribuições de reconhecida utilidade social estará a disciplina palmilhando o seu próprio desenvolvimento” (GUIMARÃES, 1965, p. 300), um dos caminhos para isto seria o trabalho juntamente com as instituições públicas de desenvolvimento nacional.

Um fator que estava impedindo um maior desenvolvimento do status da carreira, era justamente a falta de organização profissional, “por paradoxal que seja, o sociólogo, que é um estudioso das organizações, ainda não logrou organizar-se profissionalmente, no Brasil” (GUIMARÃES, 1965, p. 303), apesar de que necessitaria também de uma avaliação externa deste status.

De acordo com o projeto pedagógico do curso de Ciências Sociais da UFV, este tem o objetivo de formar profissionais capazes de analisar criticamente a sociedade a partir de uma pluralidade de perspectivas e da análise de instrumentos teóricos e metodológicos para a leitura social e atuação pedagógica. Busca-se a formação de um profissional generalista, que saiba trabalhar de modo integrado e transdisciplinar.

O modo de propor temas e questões através de um raciocínio lógico e analítico diferencia as Ciências Sociais de outras formas de leitura do mundo. Ao invés de direcionar o profissional para um único viés, o princípio é assegurar uma visão pluralista e sólida nos fundamentos das Ciências Sociais.

A missão do curso de Ciências Sociais é formar profissionais de qualidade, comprometido com o seu papel de intelectual e de político-social na sociedade brasileira. Portanto, a formação do espírito crítico e de responsabilidade social transforma-se em fundamentos na constituição do raciocínio do cientista social, sejam o cientista político, o antropólogo ou o sociólogo, troncos básicos da área de conhecimento, no exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão. (MUNIZ; SOUZA, 2010, p.354).

De acordo com a professora Nádia Dutra de Souza, as Ciências Sociais dentro da UFV têm o desafio de propor temas que problematizem a diversidade e nos ajude a pensar em uma Universidade inclusiva. Sendo assim, trazer para o dia-a-dia temas que demonstrem que a realidade é heterogênea e necessita de uma reflexão através da desnaturalização de conceitos enraizados na sociedade é um dos principais paradigmas que o curso deve quebrar dentro da Universidade.

A professora Nádia também discorre a respeito da ocupação em termos acadêmicos que o curso tem alcançado e, a partir dessa ocupação de docentes em conselhos, a representatividade e

respeito que o mesmo vem conseguindo. Ela aborda que a representação estudantil está sendo igualmente importante para a aquisição desta representatividade e inserção política, sendo o próprio DCE (Diretório Central dos Estudantes) composto hoje por um grupo de discentes do curso de Ciências Sociais.

Contrapondo a visão exposta acima, o professor Jeferson Boechat acredita que, em geral, o CCH (Centro de Ciências Humanas) não possui influência política nas decisões da Universidade, sua inserção política se dá apenas em nível individual, ou seja, por alguns professores que ocupam cargos da administração superior. Ele justifica essa falta de inserção do CCH enquanto um complexo de departamentos, devido ao nicho histórico da UFV ligado às Ciências Agrárias e a participação de decisões dentro da Universidade se dar por desempenho, ou seja, os departamentos que possuem graus de pesquisas mais intensos têm uma maior representatividade na instituição.

Em ambas as entrevistas é possível compreender que o processo de identidade do curso ainda está em formação, sendo a consolidação e a inter-relação das áreas de Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia essenciais na construção dessa identidade. De acordo com o professor Jeferson Boechat, o curso ainda não possui uma identidade formada devido às divergências de concepções dos professores do departamento, principalmente em relação à aplicabilidade do conhecimento.

A partir dos dados apresentados, podemos afirmar que, apesar do precoce surgimento da sociologia na UFV (na ocasião, ESAV), na primeira metade do século XX, não podemos afirmar o mesmo sobre a institucionalização da mesma. Isso porque havia um estreito ligamento entre os objetivos do investimento destinado ao ensino de ciências sociais com os objetivos do projeto institucional da então Escola Superior de Agricultura e Veterinária, que eram pautados pelo desenvolvimento econômico. Além disso, o tema do mercado de trabalho, mesmo com uma expansão da formação de cientistas sociais pelo país, ainda hoje, passa por longos debates quando se trata do lugar do cientista social diante das expectativas da sociedade em relação à profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de haver uma tradição na sociologia rural, percebe-se que não há uma forte conexão entre as primeiras gerações de cientistas sociais da UFV com o projeto de criação da graduação em Ciências Sociais. Conexão esta que pode ter se alojado no Departamento de Extensão Rural da UFV. A identidade das ciências sociais vem sendo construída sem muita referência aos antigos cientistas sociais da universidade. A graduação vem trazendo um perfil mais teórico-reflexivo e menos

preocupado com os compromissos de aplicabilidade e pragmatismo para a intervenção no meio rural, que até então dominava o pensamento social da instituição.

Este trabalho, ao mostrar distintas fases da história do ensino de ciências sociais na UFV, corrobora com a hipótese de que tal campo intelectual não foi institucionalizado logo em seus primeiros anos em Viçosa. Abre-se, daí, mais uma questão a se investigar. Com a criação do mestrado em Extensão Rural, em 1968, tendo vários cientistas sociais em seu corpo docente, com uma pós-graduação em Sociologia Rural no final dos anos 70, a institucionalização das ciências sociais em Viçosa viria apenas décadas seguintes com a criação da graduação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; TEIXEIRA, Anísio. *Castelos na Areia: Dilemas na Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964)*, BIB, Rio de Janeiro, 1987.

BARROS, Edgard de V. Zonas Sociais do Estado de Minas Gerais. *Revista Ceres*, número 15, volume III. 1941

BRANDÃO, Erly. As Ciências Econômicas e Sociais no Desenvolvimento da Agricultura. *Revista Ceres*. N. 58, Volume X. 1958

SANTOS, Brandão dos. *O Ensino e a Produção Bibliográfica das Ciências Sociais em Viçosa: Análise das Publicações da Revista Ceres entre 1939 a 1969*. Relatório de Pesquisa Funarbe. Viçosa. 2015

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (Eds.). *A Universidade Federal de Viçosa no Século XX*. 2ed. Viçosa. MG. Editora UFV, 2006

COELHO, France Maria G. *A produção científico tecnológica para agropecuária: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados*. Viçosa, UFV, 1992.

GUIMARÃES, Lytton. *A Formação de Sociólogos Rurais no Brasil, Suas Contribuições Potenciais e Perspectivas de Trabalho*. N. 71 vol XII. 1965

LODO, Lúcia. O Fazer Sociológico na Reflexão de Florestan Fernandes. *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Número 11, p 75-83, out. 2006.

MUNIZ, Vera Lúcia Travençolo; SOUZA, Nádia Dutra de. Ciências Sociais: tendências e desafios de um programa de graduação. *Revista de C. Humanas*, Vol. 10, Nº 2, p. 349-357, jul./dez. 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Luppi. Ciências Sociais: ontem e hoje. *G. & Tróp.*, Recife, t 26, n.2, p. 295-302, jul/dez., 1998.

PAVAGEAU, Moacir. Da Organização do Ensino Agrícola no Brasil. *Ceres*. Setembro-Outubro, vol II, número 8, 1940.

QUEIROZ, Nancy Dias. *Histórico do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil*. 2009.

SILVA, Fabricio Valetim & BORGES, Vera A. Origem Da Escola Superior De Agricultura E Veterinária Do Estado De Minas Gerais: Peter Henry Rolfs E Os Pilares Do Saber Esaviano (1920-1929). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.29, p.169-197,mar.2008

SILVA, Giovane José da; COSTA, José Raimundo Silva. Jeca tatu versus zé brasil: extensão rural e modernização conservadora no pensamento esaviano. *Apresentado no I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea* Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

SILVA, Sinthia Lopes; SILVA, Rogério de Souza. *A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas*. Impulso, Piracicaba, 2012.

DOCUMENTOS:

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Sociais (Licenciatura), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2012.

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Sociais (Bacharelado), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2012.